



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
A Vertente Marxista da “Teoria” da Dependência no Âmbito do Pensamento Político-Social Latino-Americano			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Maíra Machado Bichir	Universidade Estadual de Campinas / Ciência Política	UNICAMP	Mestranda
COAUTOR 2			
Tatiana Prado Vargas	Universidade Estadual de Campinas / Ciência Política	UNICAMP	Mestranda
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
O presente artigo dirige seu foco ao estudo do pensamento dependentista, e em particular, à vertente marxista da chamada “Teoria” da Dependência, a qual se constitui enquanto perspectiva de análise sobre a problemática do subdesenvolvimento e da dependência latino-americana. Os objetivos da investigação consistem na apresentação e discussão dos antecedentes da “Teoria” da Dependência – os movimentos históricos, econômicos, políticos e sociais referentes a sua formulação –, seu papel dentro da história do pensamento latino-americano, seus interlocutores intelectuais e políticos, bem como sua estrutura de pensamento.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Teoria da dependência; América Latina; pensamento marxista			
ABSTRACT			
This paper turns its focus to the study of thought outbuildings, in particular, of Marxist Dependency “Theory”, which is constituted as a theoretical tool to analyze the problems of underdevelopment and dependency in Latin America. Thus, the objectives of the research consist of the presentation and discussion of the antecedents of Dependency “Theory” – historical, economic, political and social movements, related to its formulation - its role in the history of Latin American thought, their political and intellectual interlocutors, as well as the structure of its thought.			
KEYWORDS			
Dependency Theory; Latin America; Marxist thought			

Introdução

A constituição do pensamento dependentista está inscrita em um momento histórico de profundas mudanças no sistema internacional, mudanças essas que se manifestaram concretamente tanto nas dimensões política, econômica e social latino-americanas¹, quanto na efervescência intelectual produzida nessa mesma região. Se por um lado as duas grandes guerras mundiais e, principalmente, a crise de 1929 significaram a reestruturação das economias desses países, por outro impulsionaram debates intensos acerca da problemática desenvolvimento/subdesenvolvimento, conjugando a emergência de um olhar propriamente latino-

¹ Adota-se aqui a perspectiva da América Latina como um todo, ainda que heterogêneo, na medida em que se busca ressaltar o compartilhamento de um passado colonial e de sua inserção na divisão internacional do trabalho e afirmá-la como região não apenas geográfica, mas, fundamentalmente política.

americano à realidade que tinha lugar naquele período. As mudanças instauradas a partir desse período abrem uma nova fase na América Latina, caracterizada pelo processo de industrialização, a qual avança até meados da década de 1950, quando reconfigurações na ordem mundial, articuladas aos limites e problemáticas internas dos países da região repercutem em uma profunda crise do capitalismo dependente latino-americano, crise essa que se manifesta politicamente na polarização entre revolução e contra-revolução.

Em meio à complexa conjuntura que vivia a América Latina, marcada por possibilidades e incertezas, e às discussões político-teóricas que ali tiveram lugar, desenvolveu-se o pensamento dependentista, o qual buscou responder às questões que estavam colocadas na trajetória histórica da região. Quais as raízes do subdesenvolvimento nos países latino-americanos? Quais as perspectivas futuras para suas economias e sociedades? Os levantes sociais que se multiplicavam desde a década de 1950 conduziriam à estruturação de uma nova ordem latino-americana? Essas e diversas outras temáticas envolviam as mentes daqueles que se debruçavam sobre a análise da realidade que os circunscrevia, motivando discussões intelectuais e teóricas acaloradas, e, mais ainda, fortes embates políticos.

A denominada “Teoria” da dependência, surgida em finais da década de 1960 e inícios de 1970, constituiu parte importante da inflexão no pensamento latino-americano em torno das vicissitudes e alternativas do chamado “capitalismo dependente”. Marcados pelo confronto com as interpretações de cunho nacional-desenvolvimentista, esses estudos intentaram lançar mão de novos instrumentos interpretativos da nossa realidade.

O presente artigo dirige seu foco ao estudo do pensamento dependentista, e em particular a sua vertente marxista, da qual fazem parte Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Constituída em meio a uma polêmica aberta com intelectuais como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, os quais consolidaram uma abordagem mais liberal e conservadora no âmbito da “Teoria” da dependência, os teóricos da corrente marxista recolocaram a problemática da dependência sob um novo olhar, segundo o qual a “internacionalização dos mercados” característica do pós-II Guerra Mundial reproduziria de maneira ampliada a subordinação característica das economias dependentes.

Ressaltamos a importância de se retomar os escritos e análises destes autores em vista ao grande isolamento a que estiveram colocados no âmbito da academia brasileira. Embora a chamada “Teoria” da dependência tenha se difundido em diversas regiões do mundo, e especialmente pelo Brasil, sob a interpretação de Cardoso e Faletto, a vertente marxista desse pensamento encontrou sérios obstáculos no que se refere a sua difusão pelo país. Desde sua constituição até os dias de

hoje, os escritos de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos gozam de reduzida recepção e repercussão no ambiente acadêmico brasileiro, e tais autores têm sido objetos de escassas interpretações e análises no Brasil².

O trabalho está dividido em quatro seções, sendo que a primeira tem como objetivo apresentar uma contextualização do processo histórico-concreto, bem como uma caracterização dos movimentos políticos e intelectuais que antecederam a formulação das teses dependentistas; a segunda se dedica ao estudo do processo de constituição da “Teoria” da Dependência; a terceira consiste em um breve esforço de sistematização dos principais elementos que conformam o pensamento da vertente marxista da dependência. Finalmente, a última seção corresponde às considerações finais acerca do trabalho exposto.

1. Antecedentes da “Teoria” da Dependência

O período que se estende do início da Primeira Guerra Mundial até o final da década de 1950 está associado a modificações no padrão de comércio internacional, as quais implicaram repercussões nas estruturas políticas e econômicas dos países latino-americanos. O contexto da Primeira Guerra significou para tais países a redução da demanda por seus produtos primários no mercado internacional e a conseqüente diminuição de divisas necessárias à realização das importações. Tais movimentos instauraram uma crise financeira interna em muitas economias latino-americanas, visto que suas estruturas produtivas estavam voltadas quase que exclusivamente para a exportação de bens primários.

A profunda depressão que assolou o sistema internacional de nações em 1929 ao mesmo tempo em que produziu grandes transformações nas economias internas de cada país e no

² Nos últimos cinco anos, tem-se produzido um esforço de resgate no Brasil do debate sobre a “Teoria” da Dependência, e em especial sobre a vertente marxista da dependência. Alguns trabalhos que refletem tal esforço podem ser aqui citados: CORREA PRADO, Fernando. *História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil*. In: XVI Encontro Nacional de Economia Política - Dilemas do desenvolvimento brasileiro, 2011, Uberlândia. Anais XVI Encontro Nacional de Economia Política - Dilemas do desenvolvimento brasileiro, 2011; CORREA PRADO, Fernando; MEIRELES, Monika. Teoria da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos. In: Rodrigo Castelo Branco. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. 1 ed. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, v. 1, p. 169-190; BUENO, F. M.; SEABRA, Raphael. *O pensamento de Ruy Mauro Marini e a atualidade do conceito de superexploração do trabalho*. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2010, Londrina-PR. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2010; BICHIR, M. M. *Da CEPAL à Teoria da Dependência: as mutações de um conceito*. In: II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas, 2009, São Paulo. Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa, 2009; VARGAS, T. P. *Particularidades da formação do capitalismo dependente brasileiro – o debate entre Cardoso e Marini*. Monografia em Ciências Sociais, IFCH-UNICAMP, 2009. LUCE, M. S. *La expansión del subimperialismo brasileño*. Patria Grande, v. n.9, p. 48-67, 2008. OURIQUES, N. *La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica*, Tesis de doctorado, Facultad de Economía, UNAM, 1995. CARCANHOLO, M. “Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica”, *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, 2008. VALÊNCIA, A; MARTINS, C.E. *A América Latina e os desafios da globalização – ensayos dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo, 2009.

relacionamento comercial estabelecido entre estes, foi responsável por introduzir questionamentos ao pensamento econômico vigente e dominante até aquele momento. O liberalismo clássico, que havia conduzido as escolhas e as orientações econômicas dos países ao longo de quase dois séculos, é criticado e atacado em suas principais bases, em vista da demonstração histórica dos limites de uma teoria que postulava que os mecanismos auto-reguladores do mercado seriam suficientes para conferir dinamismo e equilíbrio às economias nacionais.

É nesse contexto que tem lugar o impulso à industrialização na América Latina, o que representou uma profunda alteração nos marcos econômicos da região. Deste modo, a crise de 1929, atrelada aos efeitos das duas grandes Guerras Mundiais, estimulou o processo de industrialização nos países latino-americanos, sob a base de um Estado que intervinha intensamente na economia, de uma subordinação crescente às divisas provenientes das exportações de produtos primários e de uma dependência estrutural das importações de máquinas e equipamentos provenientes dos países centrais. Como afirma Marini (2005), o processo de industrialização brasileiro *não eliminou ou superou* as contradições econômicas presentes na fase agroexportadora, ao contrário, implantou-se e desenvolveu-se de forma comprometida com a separação entre produção e circulação internas. Isso porque, em seu início, “a indústria continuou sendo ali uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação” (MARINI, 2005, p.166). De sorte que a industrialização seguiu até a II Guerra Mundial sem adquirir diversidade e proporção que a permitisse inverter aquela subordinação.

É somente no período posterior à II Guerra Mundial, com a rearticulação do imperialismo sob a hegemonia dos Estados Unidos e a transferência de capitais estrangeiros para as economias periféricas, que a indústria brasileira tornou-se o eixo do processo acumulativo interno, dando origem a um parque industrial baseado no moderno pólo da indústria internacional. Este processo, baseado na transferência das indústrias já existentes nos países centrais, acabou por reproduzir internamente o setor de produção de bens suntuários³ destinados ao consumo das esferas de mais alta renda da população. Tratava-se de um aprofundamento do processo de substituição de importações que repunha, sob novas bases, a dependência externa a que estavam subordinadas as economias latino-americanas.

Cumprе salientar que a substituição de importações na região, apesar de constituir uma experiência comum da América Latina, não se deu de maneira homogênea, nem concomitante. Tal fato se deve às peculiaridades internas de cada país, que determinavam a dinâmica e a configuração

³ Bens suntuários dizem respeito a bens de luxo, que apenas podem ser consumidos por um estrato muito limitado da população.

das economias nacionais, o que se refletiu nos diferentes níveis de industrialização de cada país (FFRENCH-DAVIS, MUÑOZ, PALMA, 2005).

Em meio a esse contexto de transformações, impulsionadas pelos avanços industriais na região, adquire relevo a temática do desenvolvimento na América Latina. Os debates, que até aquele momento se estruturavam em torno de interpretações produzidas na Europa e nos Estados Unidos⁴, passam a refletir formulações essencialmente latino-americanas, fundamentadas em um esforço de revisão crítica das análises dominantes presentes nos estudos sobre desenvolvimento econômico ao longo das décadas de 1940 e 1950⁵.

A temática do desenvolvimento começa a assumir contornos no final da II Guerra Mundial, principalmente a partir da intelectualidade européia e estadunidense (AGARWALA e SINGH, 1969, p. 10). No interior desse movimento, trabalhos como os de Walt Whitman Rostow (1969; 1974) e o de William Artur Lewis (1960), publicados na década de 1950, notabilizaram-se entre os demais escritos e conformaram, ao lado das obras de Ragnar Nurkse (1957) e de Paul N. Rosenstein-Rodan (1969), uma tradição de pensamento que se tornou conhecida como Teoria(s) do Desenvolvimento ou Teoria(s) da Modernização.

No modelo formulado por Rostow (1974, p. 16), o processo de desenvolvimento econômico está associado a um conjunto de etapas em evolução - a sociedade tradicional; as condições para o arranco; o arranco; a marcha para a maturidade e a era do consumo de massa. William Arthur Lewis, por sua vez, identifica a existência de causas imediatas ao desenvolvimento: esforço para economizar; aumento do conhecimento e de sua aplicação; expansão do volume de capital ou de recursos outros por habitante, bem como a necessidade de compatibilização de instituições e crenças ao desenvolvimento econômico (LEWIS, 1960, pp. 13-14).

O desenvolvimento, na perspectiva das “Teorias do Desenvolvimento”, é concebido como sinônimo de crescimento econômico e pode ser objetivamente mensurado a partir dos indicadores sócio-econômicos de cada país. Seus teóricos buscam analisar os limites à implantação da modernidade nos ditos países subdesenvolvidos, definindo instrumentos de intervenção que possibilitem a superação dos supostos traços “pré-capitalistas” presentes nestas sociedades. Através da adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, acreditam ser possível superar a condição de subdesenvolvimento, a qual é entendida enquanto ausência de desenvolvimento. A tarefa política fundamental está em importar

⁴ Faz-se referência aqui às interpretações sobre o desenvolvimento associadas tanto à teoria econômica clássica, de David Ricardo, quanto ao pensamento de estudiosos das denominadas Teorias do Desenvolvimento ou Teorias da Modernização.

⁵ Tal esforço é protagonizado principalmente pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), por meio dos escritos de Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, entre outros.

dos países centrais os padrões de produção, consumo e comportamento típicos das sociedades desenvolvidas.

A influência que o debate acerca do desenvolvimento e da modernização dos países subdesenvolvidos exerceu no pensamento latino-americano explicita-se nas concepções produzidas no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), comissão regional criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948.

O estruturalismo latino-americano, nomenclatura por meio da qual ficou conhecido o pensamento da CEPAL, foi responsável por imputar uma crítica profunda à teoria econômica clássica das vantagens comparativas de David Ricardo. Raúl Prebisch, ao analisar o papel ocupado pela América Latina na divisão internacional do trabalho e as possibilidades de desenvolvimento que se colocavam para os países da região contrapôs-se à noção de que a especialização dos países em determinadas atividades implicaria, por meio do comércio internacional, em benefício mútuo para o conjunto dos países, tese essa defendida por Ricardo (1996, p. 97).

Prebisch chamou atenção para o desequilíbrio existente na difusão do progresso técnico nos países centrais e periféricos. Enquanto nos primeiros teria lugar uma distribuição gradual do fruto do progresso técnico entre todos os grupos sociais e classes sociais, nos últimos explicitar-se-iam desigualdades profundas nos níveis de vida de sua população. A industrialização nos países periféricos se apresentaria, segundo o autor, como único meio de elevação progressiva do nível de vida das massas, visto que possibilitaria de fato a captação de parte dos frutos do progresso técnico (PREBISCH, 1986, p. 479).

A crítica imputada à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo introduzida por Raúl Prebisch, ao mesmo tempo que significou uma ruptura com a interpretação econômica dominante naquele momento, repercutiu concretamente nas políticas implementadas pelos governos da região⁶. A influência das premissas de Raúl Prebisch e das formulações desenvolvidas no interior da CEPAL foi sentida em países como Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai, onde “o desenvolvimentismo se converte na ideologia dominante e na matriz por excelência das políticas públicas” (MARINI, 1992, p. 80).

O avanço do processo de industrialização latino-americano está inscrito em um contexto mais amplo de expansão e aceleração da circulação de capital pelo mundo, bem como de reestruturação da economia mundial, conduzida pelos Estados Unidos no pós-guerra (MARINI, 1977). Tais mudanças se refletem em um reordenamento da divisão internacional do trabalho, em

⁶ Na mesma medida em que as idéias formuladas por Raúl Prebisch e pelos demais integrantes da CEPAL refletem o processo de industrialização que se estabelecia na América Latina, as políticas de governo desses países expressavam a recepção daquele pensamento na prática.

que a estrutura centro-periferia, caracterizada pela CEPAL como um intercâmbio desigual entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, se complexifica em função do papel cada vez mais decisivo assumido pela indústria em países como Argentina, Brasil e México. O efeito produzido por tal mudança foi “(...) *un reescalamiento, una jerarquización de los países capitalistas en forma piramidal y, por consiguiente, el surgimiento de centros medianos de acumulación – que son también potencias capitalistas medianas (...)*” (MARINI, 1977, p. 08).

Esse contexto de reestruturação da economia capitalista mundial e de expansão monetária permitiu aos Estados Unidos ampliar sua capacidade de acumulação, impulsionando, nesse país, um acelerado processo de monopolização de capital⁷. Como expressões concretas desse processo emergem as transnacionais ou multinacionais⁸, empresas que possuem 25% ou mais de seu investimento, produção, emprego ou vendas no exterior, e dentro das quais há a integração de capitais nacionais a movimentos de fusões, trustes e acordos internacionais (MARINI, 1977).

Atentando para os aspectos centrais dessa reordenação do capitalismo e da nova relação que se edifica entre as potências imperialistas e as nações periféricas, Theotônio dos Santos (1991) afirma:

Esta é a etapa histórica em que os poderes financeiro e industrial internacionais se articulam numa fase superior de centralização e concentração de capitais, enquanto os gigantescos investimentos das corporações multinacionais no desenvolvimento científico e tecnológico introduzem novos elementos na acumulação capitalista que as burguesias locais não podem nem de longe dominar (p.37).

Trata-se de um novo padrão de dominação imperialista que, nascido da experiência histórica do pós-II Guerra Mundial – abertamente marcada pela Guerra Fria -, postula uma defesa agressiva do capitalismo privado, inaugurando um tipo de dominação externa baseada na luta destrutiva pela sobrevivência e supremacia do sistema capitalista (FERNANDES, 1975). Nesta nova era, o controle político e econômico da periferia capitalista passa a ser tarefa vital para o capital monopolista, à

⁷ A extensa massa de capital acumulada pelos monopólios estadunidenses reverteu-se, em grande medida, em reinvestimentos diretos no exterior e em investimentos em títulos. Marini afirma que no ano de 1968, 61% do total de investimentos diretos mundiais correspondiam ao capital estadunidense. Para uma discussão sobre a emergência do capitalismo monopolista e suas repercussões na América latina, Cf. FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006. FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nacional, 1971.

⁸ Marini empresta de Sidney y Damm a definição de multinacionais. Cit. Chapoy, A. “Las empresas multinacionales y América Latina”, em *Corporaciones multinacionales en América Latina*. Ed. Periferia, Buenos Aires, 1973.

medida que aquela se constitui enquanto o último espaço disponível para a irradiação deste padrão de organização da vida e da sociedade (FERNANDES, 2006, p.297).

Do ponto de vista econômico, os investimentos estrangeiros diretos (provenientes em sua maioria dos EUA) proporcionaram o desenvolvimento da indústria manufatureira em países como Argentina, México e Brasil. No entanto, já em inícios da década de 1960, este processo começa a dar sinais de esgotamento, demonstrando os limites de um processo de industrialização que se desenvolve num período histórico no qual já está consolidada a hegemonia de grandes grupos econômicos no âmbito da economia mundial (SANTOS, 2000).

No interior da CEPAL, é somente após a grande recessão econômica que vigora na América Latina em meados dos anos 1960 que têm lugar análises mais críticas em relação ao processo de industrialização substitutivo de importações, encabeçadas principalmente por Celso Furtado. De acordo com este autor, o processo latino-americano de industrialização teria sido suficiente para transformar parte dos sistemas econômicos herdados da época colonial, mas totalmente insuficiente para criar sistemas autônomos, capacitados para autogerar o crescimento (FURTADO, 1968). De modo que, diferentemente das análises cepalinas anteriores, segundo as quais a superação da condição do subdesenvolvimento confundia-se com a própria industrialização, Celso Furtado aponta que o subdesenvolvimento era uma face necessária da incorporação perversa do progresso técnico na periferia do sistema capitalista. Em suas palavras:

Um aspecto fundamental, em geral deixado na sombra, está em que os países ‘periféricos’ ao especializar-se transformavam-se em importadores de novos bens de consumo, frutos do progresso tecnológico dos países ‘cênicos’. O aumento de produtividade média no país ‘periférico’, não se traduzia, em geral, em aumento significativo da taxa de salário, como é sabido. Mas esse aumento de produtividade trazia necessariamente consigo elevação de nível de vida e modificação na qualidade do padrão de vida da minoria proprietária e dos grupos urbanos profissionais e burocráticos. Dessa forma, desenvolvimento (ou melhor, *progresso* na concepção vulgar) passou a confundir-se com importação de certos padrões culturais (FURTADO, 1971, p.227).

Como podemos perceber, embora o processo de substituição de importações tenha se constituído enquanto forma característica de desenvolvimento de alguns países latino-americanos durante as décadas de 1930-1960, elementos tanto de ordem econômica quanto de ordem política punham em questão a sobrevivência desse modelo de desenvolvimento econômico (SUNKEL; PAZ, 2005, p. 76). Ao analisar os rumos do modelo de substituição de importações à luz dos eventos históricos daquele período, Sunkel e Paz (2005) sublinham que a expansão industrial sob aquele modelo mostrava sinais de esgotamento, principalmente quando se tinha em vista o fracasso da política redistributiva e a exclusão das massas rurais e dos setores urbanos de baixa renda da

esfera moderna da atividade econômica.

O desenvolvimento industrial nacional, ao se tornar mais complexo, significava, naquelas economias, maior dependência tecnológica, assim como pressupunha a necessidade, cada vez mais premente, de entrada de insumos externos e financiamento estrangeiro (FALETTO, 1998). A política de substituição de importações, nesse sentido, não lograra a redução da vulnerabilidade das economias latino-americanas aos choques externos nem a diminuição de suas limitações de divisas (FFRENCH-DAVIS, MUÑOZ, PALMA, 2005).

Para Marini, a crise que se configurou na maioria dos países latino-americanos, na década de 1960, foi uma crise de acumulação e de realização da produção, a qual se manifestou “por um lado, no estrangulamento da capacidade para importar os elementos materiais necessários para o desenvolvimento do processo de produção e, por outro, nas restrições encontradas para a realização da produção” (MARINI, 1992, p. 80). As motivações dessa crise encontravam raízes no fato da industrialização haver sido conduzida sobre as bases da “velha economia exportadora⁹, isto é, sem acudir a reformas estruturais capazes de criar um espaço econômico adequado ao crescimento industrial” (MARINI, 1992, p. 80). Dessa forma, as divisas necessárias à manutenção da capacidade de importar, advindas das exportações latino-americanas, continuavam sujeitas “à tendência secular da deterioração das relações de troca, já diagnosticada pela CEPAL” (MARINI, 1992, p. 81). Por outro lado, os investimentos diretos, empréstimos e financiamentos estrangeiros, que constituíam, ao lado das exportações de bens primários, uma fonte de divisas para o processo de substituição de importações, começaram a restringir a capacidade importadora da América Latina, comprometendo o processo de industrialização sob a base da substituição de importações.

Como resposta à profunda crise que havia se instaurado na América Latina, emergem lutas sociais e políticas em diversos lugares do continente, processos esses que contestavam o modo de produção capitalista e que propunham uma ruptura com a ordem estabelecida.

(...) el ascenso de las luchas sociales en la región se registró de manera ininterrumpida, provocando una radicalización política que cristalizó, en un polo, en la Revolución Cubana, a fines de la década y, en el otro, en las dictaduras militares que, a partir del golpe militar de 1964 en Brasil, se implantaron en diversos países (MARINI, 1999, p. 12).

⁹ Donghi ressalta alguns obstáculos impostos pelo setor primário à política desenvolvimentista e aos esforços de industrialização latino-americana. Este setor foi responsável por obstruir tanto a consecução da reforma agrária, necessária à elevação da capacidade produtiva dos países e à expansão da demanda interna, quanto a edificação de estruturas industriais modernas, já que se mostravam resistentes a financiar os custos da industrialização na região (DONGHI, 1976).

Como expressões do ascenso do movimento popular na década de 1960 na região latino-americana Vânia Bambirra, em seu artigo *Diez años de insurrección en América Latina*, elenca: a formação de novas organizações de esquerda no Brasil, como a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP) e a Ação Popular e a resistência popular ao golpe militar de 1964; a instalação do movimento guerrilheiro na Guatemala entre 1961 e 1963; a formação da Frente Sandinista de Libertação Nacional, em 1961, na Nicarágua; o início de um movimento insurrecional na Venezuela, em 1962; o novo caráter assumido pelo movimento camponês na Colômbia e o surgimento das guerrilhas nesse mesmo país; o movimento camponês no sul do Peru e a formação do *Movimiento Izquierda Revolucionária* (MIR) e da *Frente Izquierda Revolucionária* (FIR) neste país, bem como as ações guerrilheiras peruanas; tentativas de guerrilhas em países como Paraguai, Argentina, Equador, Honduras e Brasil entre os anos de 1960 a 1963. (BAMBIRRA, 1971, p. 32). Além disso, podemos relembrar o reavivamento das mobilizações populares na Argentina e da tomada, em 1969, das cidades de Córdoba e de Rosário por trabalhadores e estudantes, que organizaram uma greve geral que ameaçou gravemente a ditadura militar naquele país. No Brasil, a pressão popular para a realização das “reformas de base” conduziu a mobilizações dos trabalhadores do campo sob a organização das Ligas Camponesas e a greves deflagradas em São Paulo em 1953 (contando com 300 000 grevistas) e em 1957 (com 700 000 grevistas), tal como a duas greves nacionais ocorridas em 1962 (MATTOS, 2004). Em Cuba, é declarado o caráter socialista da revolução por Fidel Castro em 1961. E finalmente no Chile, anos mais tarde (1972), constituiu-se um dos pontos mais altos de organização do poder popular na América Latina, sob direção da Unidad Popular de Salvador Allende.

Frente aos levantes insurrecionais populares e às organizações políticas de esquerda latino-americanas se ergueram as classes dominantes, em um esforço de contenção das mobilizações populares por meio da repressão, da perseguição política e da instauração de golpes de Estado por toda a região.

É precisamente nesse contexto de efervescência política que se coloca o dilema histórico que envolvia a chamada “Teoria” da dependência. As análises correspondentes ao caráter dos golpes de Estado que estiveram presentes em diversos países da região latino-americana, tal como das mobilizações políticas de suas classes populares, definiram divergências consideráveis no âmbito dessa “teoria”, as quais trataremos de forma mais detalhada na próxima seção de nosso artigo.

2. Emergência e constituição da “Teoria” da Dependência

A emergência do pensamento dependentista está ancorada no Chile, em Santiago, cidade

onde estavam fixadas instituições como a CEPAL, o Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES) e centros universitários como o Centro de Estudos Sócio-econômicos (CESO), o Instituto de Economia e o Instituto de Sociologia da Universidade do Chile, a partir dos quais se reuniram estudiosos de diversos países latino-americanos¹⁰, permitindo um ampliado intercâmbio intelectual e de experiências político-sociais (FALETTO, 1998). O protagonismo do Chile nesse processo é ressaltado por Ruy Mauro Marini:

A partir de 1968, concomitantemente à generalização dos golpes militares e ao avanço da repressão no continente, a intelectualidade de esquerda começa a convergir para o Chile, que conservava intacto seu regime democrático e que acaba por converter-se no *locus* privilegiado de elaboração da nova teoria (MARINI, 1992, p. 88).

Tendo sido formulada em meio às discussões sobre o fracasso do projeto desenvolvimentista latino-americano e em um momento de questionamento da ordem social e econômica capitalista, sobretudo pelo movimento revolucionário cubano, a “Teoria” da Dependência trazia em seu bojo, de acordo com Enzo Faletto (1998, p. 110), duas grandes questões: o debate sobre as motivações do atraso latino-americano (ele seria resultado das condicionantes internas ou externas?) e a discussão sobre qual o melhor meio para atingir o desenvolvimento¹¹ (através de modelos já existentes ou de um modelo próprio?).

A “Teoria” da Dependência, entendida como parte integrante da história das idéias latino-americanas (FALETTO, 1998, p. 109), constituiu-se a partir de um conjunto de trabalhos formulados entre os anos de 1964 e 1967, os quais impulsionaram um intenso debate intelectual na região (MARINI, 1992, p. 88). Participaram ativamente dessa construção dois grupos de estudiosos que, ao longo de sua trajetória, distanciaram-se e opuseram-se radicalmente em discussões acaloradas acerca do caráter dependente do capitalismo latino-americano. De um lado, o brasileiro Fernando Henrique Cardoso e o chileno Enzo Faletto, integrantes do ILPES, sintetizaram sua interpretação a respeito do desenvolvimento econômico latino-americano na obra que se tornaria mundialmente conhecida, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, escrita entre 1966 e 1967; de outro, o alemão André Gunder Frank e os brasileiros Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, membros do CESO, publicaram textos também amplamente difundidos

¹⁰ Muitos desses estudiosos haviam sido exilados de seus países, como era o caso de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, todos exilados após o golpe militar de 1964, no Brasil.

¹¹ As problemáticas do atraso e do desenvolvimento constituíram temas recorrentes no pensamento latino-americano, segundo Albert Hirschman (1973).

em diversos países, como *The development of underdevelopment*, de 1966, *Subdesarrollo y revolución*, de 1967, *Socialismo o fascismo: el dilema latinoamericano*, de 1968 e *El capitalismo dependiente latinoamericano*, de 1972, respectivamente. Embora estes grupos tenham rivalizado em seus estudos acerca da realidade latino-americana, tanto no que diz respeito à opção metodológica, quanto no que tange às implicações políticas de suas teses, ambos assumiram uma posição crítica em relação ao pensamento cepalino, na medida em que ressaltavam que a industrialização nos países latino-americanos não havia se consolidado como matriz de um desenvolvimento econômico nacional autônomo (CARDOSO; FALETTTO, 1970; MARINI, 2000).

No entanto, apesar da matriz comum no que se refere à utilização do conceito de dependência para a compreensão do processo histórico latino-americano, as duas vertentes da “Teoria” da dependência propõem noções divergentes deste conceito. Ruy Mauro Marini afirma que a dependência deve ser entendida como “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. (MARINI, 2000, p. 109). Tal concepção é compartilhada tanto por Theotônio dos Santos quanto por Vânia Bambirra e traz para a análise dois pontos fundamentais: a identificação entre *dependência e subordinação* e sua necessária conexão com a *superexploração da força de trabalho* como condição de manutenção da relação entre dependência e imperialismo.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, por sua vez, admitem que a construção do conceito de dependência deve dar-se sob uma denominada base “causal-significante”, na qual o elo explicativo fundamental das conexões entre os planos nacional e internacional aparece na forma específica de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações dependentes. Na busca pela superação das caracterizações centradas nas antinomias “desenvolvimento-subdesenvolvimento” e “centro-periferia”, Cardoso e Faletto introduzem um terceiro par conceitual: o de “dependência-autonomia”, o qual busca estabelecer

a conexão entre os componentes estruturais internos e externos. Mas o externo, nessa perspectiva, expressa-se também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua *manifestação interna* (CARDOSO e FALETTTO, 1975, p.23, grifos nossos).

A noção de capitalismo dependente, deste ponto de vista, tem como núcleo fundamental de significação as estruturas de dominação e as formas de estratificação internas, pois é aí que o nexo entre as condições nacionais e o imperialismo teria se objetivado. O conceito de dependência, desse ponto de vista, seria impassível de generalização, na medida em que *variável de acordo com a articulação das classes, grupos sociais e do Estado em situações particulares* (CARDOSO, 1972). Daí que não faria sentido, para Cardoso, a formulação de “leis gerais” do desenvolvimento capitalista dependente, uma vez que a conformação do processo político em cada situação nacional revelaria distintas possibilidades de interação de dependência, podendo apontar para uma maior ou menor subordinação no plano internacional.

Ao nos debruçarmos sobre os escritos dos “teóricos” da dependência e de estudiosos que têm como objeto de análise essa “teoria”, é possível notar grandes discordâncias no que tange tanto à classificação das distintas vertentes, quanto à própria denominação “teoria” ao pensamento dependentista. O debate em torno da classificação das vertentes do pensamento dependentista e de sua heterogeneidade conceitual permite que autores e estudiosos se refiram a essa tradição intelectual como “Teorias” da Dependência, ressaltando seu caráter multifacetado.

Para João Manuel Cardoso de Mello, a “Teoria” da dependência se ramifica em duas vertentes: a primeira, representada por André Gunder Frank; e a segunda, por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto¹² (MELLO, 1994). Luiz Carlos Bresser-Pereira, por sua vez, divide os teóricos da dependência em três vertentes: a da *superexploração capitalista*, que conta com André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos; a da *dependência associada*, representada por Fernando Henrique Cardoso; e a do *nacional-desenvolvimentismo*, tendo como teóricos Celso Furtado e ele próprio (BRESSER-PEREIRA, 2005).

Theotônio dos Santos (2000) sugere como tentativa mais acertada de classificação dos teóricos dependentistas – ainda que passível de críticas – o quadro definido por Magnus Blomström e Björn Hettne. A divisão proposta por estes autores apresenta quatro subdivisões¹³, dentre as quais: i) corrente *crítica* ou *autocrítica* estruturalista dos cientistas sociais ligados à CEPAL, os quais admitem os limites de um projeto de desenvolvimento nacional (Oswaldo Sunkel, Celso Furtado e Raúl Prebisch¹⁴ e, eventualmente, Fernando Henrique Cardoso); ii) corrente *neomarxista*, que congrega Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Embora André Gunder Frank seja identificado, em algumas ocasiões, como membro dessa vertente, este se afasta do

¹² João Manuel Cardoso de Mello não atribui nenhuma terminologia a estas correntes, mas somente as caracteriza como divergentes.

¹³ Para uma melhor visualização da divisão proposta por Magnus Blomström e Björn Hettne, ver: BLOMSTRÖM e HETTNE, 1990, pp. 77- 104.

¹⁴ Considera-se nessa divisão as obras mais recentes desses autores, referentes ao período pós-1970.

enfoque dialético, presente nos demais neomarxistas; iii) corrente representada por Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, que, segundo os autores, poderia ser caracterizada como uma “*corrente marxista mais ortodoxa*”, tendo em vista “sua aceitação do papel positivo do desenvolvimento capitalista”; iv) corrente que se distingue das tradições marxistas ortodoxas e neomarxistas, composta por André Gunder Frank¹⁵. (BLOMSTRÖM e HETTNE, 1984, apud SANTOS, 2000, pp. 27-28)

Fernando Henrique Cardoso, por seu turno, no prefácio à oitava edição de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de 2004, reúne no que ele denomina “escola dependentista” Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank, assim como outros autores como Régis Debray e Eduardo Galeano, e enfatiza a existência de uma aproximação meramente vaga, “por força das coisas”, entre a perspectiva desses autores e a sua e a de Enzo Faletto¹⁶. (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 10)

Explicitadas as divergências que concernem a nomenclatura das vertentes do pensamento dependentista, passa-se agora, brevemente, à problemática em torno da denominação “teoria” às formulações desenvolvidas pelos intelectuais acima citados. Consideramos válidos os questionamentos dirigidos por autores como Francisco Weffort (1978), Luiz Toledo Machado (1999), Niemeyer Almeida Filho (2005) e João Quartim de Moraes (2010) à caracterização desse pensamento como “teoria”, e suas alternativas terminológicas, como perspectiva, abordagem, conceito, fenômeno, aporte, entre outras. Segundo Ruy Mauro Marini:

Los distintos grados de adhesión que sus miembros [“Teoria” da Dependência] manifiestan hacia el marxismo, las diversas tradiciones de formación intelectual que presentan, (...) todo ello conspira en contra de la conveniencia de hablar de una teoría científica general, basada en supuestos definidos y tendiente a una visión realmente compartida de su objeto de estudio. En realidad, más que una teoría, tenemos a un tema central de análisis: América Latina y un enfoque básico común a los que se han ocupado de él, factores que no llegan siquiera a constituir una escuela, y no justifican, a mi modo de ver, que se le considere sino un movimiento de ideas, una corriente intelectual. (MARINI, 1994, p. 9)

No entanto, para o presente artigo optamos por manter a denominação “Teoria” da Dependência, embora entre aspas, tendo em vista que foi por meio dessa nomenclatura que tal

¹⁵ Magnus Blomström e Björn Hettne não apresentam uma nomenclatura específica para a vertente representada por André Gunder Frank.

¹⁶ Fernando Henrique Cardoso afirma que a “escola dependentista” teria “engolido” tanto ele, quanto Enzo Faletto, na medida em que a obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina* teria sido difundida como pertencente àquela tradição de pensamento, a qual, segundo Cardoso, sustentava “pontos de vista bem distintos dos nossos” (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 10)

conjunto de pensamento se difundiu nos circuitos intelectuais e políticos do mundo, argumento também presente em Marini:

Dos son las razones para que hayamos mantenido da denominación de teoría de la dependencia. Una se refiere al uso corriente que esta ha adquirido en los medios intelectuales de América Latina y otras regiones. La otra, a que ese movimiento ha ido tendiendo, con el tiempo y las depuraciones a que se fue sometiendo, a configurar una verdadera teoría, una teoría marxista de la dependencia. (MARINI, 1994, p. 9)

Apesar da utilização terminológica de “Teoria” da dependência, consideramos fundamental distinguir as diferentes vertentes que compõem tal perspectiva. Para tal, operaremos a partir de uma classificação própria, pautada em duas dimensões: a teórico-metodológica e a política.

Enquanto no campo teórico-metodológico as análises se vinculam ora ao ecletismo ora ao marxismo, na dimensão política, identificam-se duas posturas distintas frente à dependência: a primeira está associada à questão da interdependência, e a segunda, à perspectiva do anti-imperialismo e do anti-capitalismo. Nesse espectro, André Gunder Frank se vincula, de um lado, ao ecletismo teórico-metodológico, e, de outro, ao anti-imperialismo e ao anti-capitalismo. Isso se justifica pois, no que se refere ao aspecto político de suas análises sobre o subdesenvolvimento, as obras de Frank estão marcadas pelo enfrentamento ao imperialismo e pelo compromisso com a ruptura da ordem capitalista (FRANK, 1973a; 1973b).

Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra são classificados da seguinte maneira: filiam-se ao marxismo, ao adotarem o materialismo histórico-dialético como referencial teórico-metodológico e evidenciam, em suas obras, posturas políticas referenciadas no anti-imperialismo e anti-capitalismo, visto que consideram que a superação da dependência latino-americana apenas poderia se dar por meio de uma ruptura radical com o chamado “capitalismo dependente” latino-americano.

Finalmente, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto compartilham um ecletismo teórico-metodológico e caracterizam a integração entre as economias latino-americanas e o mercado internacional, na década de 1960, como *interdependente*. Atribui-se tal ecletismo a esses autores tendo em vista o prefácio à edição inglesa de *Dependency and development in Latin America*, escrito por Cardoso e Faletto em 1976, em que ambos realizam uma extensa explanação acerca do método por eles empregado na referida obra. Nele, os autores fazem referência a três tradições distintas do pensamento social: weberiana, marxista e estruturalista (cepalina). Ao mesmo tempo em que ressaltam sua tentativa de restabelecer a tradição intelectual baseada na ciência social

compreensiva, afirmam se valer da abordagem dialética para a análise da sociedade, de suas estruturas e de seus processos de mudança¹⁷. Explicitam, ademais, por meio da opção pelo método histórico-estrutural, sua aproximação com o estruturalismo cepalino. Da perspectiva política, Cardoso e Faletto sugerem a possibilidade de se consolidar uma relação de interdependência¹⁸ entre os países latino-americanos “capitalisticamente mais avançados” e o mercado internacional, na qual haveria lugar para um “desenvolvimento-capitalista-associado” das economias latino-americanas (CARDOSO; FALETTO, 2004, pp. 164; 196). A categoria interdependência, introduzida como possibilidade de “dinamizar as nações industrializadas e dependentes da América Latina” (CARDOSO; FALETTO, 2004, p 186), somada à assertiva dos autores sobre a *solidarização* dos investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno nesses países, demonstram, em certa medida, uma “diluição” do fenômeno do imperialismo na dinâmica dos países latino-americanos, o que os distancia dos demais representantes da “Teoria” da Dependência.

3. A vertente marxista da dependência

As formulações de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra devem ser situadas tanto no movimento histórico concreto, quanto na trajetória histórica do pensamento latino-americano. Nosso objetivo nesta seção será construir um breve panorama do lugar ocupado por tais autores na história do pensamento latino-americano. Para a consecução de tal exercício, recorrer-se-á inicialmente a uma concisa biografia dos autores, seguida da apresentação das influências que a vertente marxista carrega em sua conformação, bem como das críticas empreendidas à CEPAL e aos Partidos Comunistas latino-americanos.

Ruy Mauro Marini, nascido em 1932, na cidade de Barbacena, Minas Gerais, graduou-se em

¹⁷ Aqui é importante considerar que o ecletismo teórico metodológico de Cardoso e Faletto diferencia-se substancialmente daquele atribuído a Frank. No caso dos primeiros autores, é importante ressaltar que ao mesmo tempo em que diziam aderir às categorias marxistas para analisar os mecanismos econômicos das economias dependentes, sua adesão aos conceitos weberianos era clara sobretudo no que se refere à análise das alianças políticas que tiveram lugar nessas sociedades. Isso, em nossa perspectiva, consagrava um entendimento da totalidade social enquanto um composto de esferas, que eram sempre sociais, políticas e econômicas e que a análise deveria se encarregar de vincular. Se essa separação muitas vezes não se evidenciava nas considerações metodológicas dos autores, ela aparecia de forma mais acabada em sua interpretação histórica, especialmente quando atribuíam ao tradicionalismo populista o maior obstáculo ao nosso processo de desenvolvimento. Esta interpretação comprovava, por outro lado, a visão reducionista que os autores tinham da própria política, a qual era compreendida como uma *esfera autônoma* e reduzida às alianças de poder que vigoraram nos diferentes períodos da história brasileira.

¹⁸ A passagem em que Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto apresentam a categoria interdependência segue transcrita: “No que concerne à barreira da ‘capacidade de importação’, cabe supor que diminui muito seu significado depois que se forma o setor interno de produção de bens de capital; seria mais um obstáculo transitório, cuja importância decisiva apareceria na primeira fase de expansão da economia industrial ‘avançada’. Os vínculos posteriores com o mercado internacional poderiam ser do tipo normal nas economias modernas, nas quais sempre há interdependência” (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 165)

Administração, na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), instituição na qual iniciou seus estudos na área de ciências sociais e na qual teve a oportunidade de conhecer Alberto Guerreiro Ramos, um dos principais integrantes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Durante o seu curso de graduação obteve, em 1958, uma bolsa de estudos do governo francês para cursar o Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris, na Sciences Po., onde se dedicou ao estudo da obra de Karl Marx e de autores marxistas, como Lênin. Nos dois anos vividos na França, período que coincidiu com o auge do desenvolvimentismo na América Latina e no Brasil, Marini estabeleceu contato com o movimento estudantil francês, bem como com o processo de descolonização das colônias francesas, por meio das lutas por libertação nacional travadas na Indochina e na Argélia, fatos que produziram efeitos em seu pensamento. Ainda na França, Marini se aproximou do grupo que editava, no Brasil, a revista *Movimento Socialista*, ligada à Juventude do Partido Socialista, grupo ao qual Marini se integraria na fundação da POLOP, em 1961. Somava-se a isso trabalhos jornalísticos na agência de notícias cubana *Prensa Latina* e no jornal estudantil *O metropolitano*¹⁹.

Theotônio dos Santos Júnior, nascido a 11 de janeiro de 1937, em Carangola, Minas Gerais, teve sua formação intelectual associada “ao período de afirmação do desenvolvimentismo brasileiro entre a segunda gestão do governo Vargas e o governo Kubistchek.” (SANTOS, 1994). Graduou-se em Sociologia, Política e Administração Pública, pela Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo realizado ali estudos no campo do pensamento social brasileiro, das Teorias do Desenvolvimento, assim como do marxismo. De 1958 a 1961 atuou como bolsista da Faculdade de Ciências Econômicas e teve a oportunidade de travar discussões com intelectuais como Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, Álvaro Vieira Pinto e Hélio Jaguaribe. Nessa época, aproximou-se da militância política, motivado por seu interesse pelo pensamento de esquerda brasileiro.

A formação intelectual de Vânia Bambirra, nascida a 13 de julho de 1940, em Belo Horizonte, Minas Gerais, também se deu na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, onde Bambirra se graduou em Sociologia, Política e Administração Pública. Durante esse período, Bambirra entrou em contato com o pensamento isebiano, por meio das conferências proferidas por Roland Corbisier, Gilberto Paim, Álvaro Vieira Pinto e Alberto Guerreiro Ramos. O contato da autora com a militância de esquerda teve início desde cedo, a partir da figura de seu pai, militante comunista. A participação no movimento estudantil mineiro, no qual Bambirra compartilhava com muitos o questionamento da linha política do Partido Comunista Brasileiro, anunciava uma

¹⁹ *O Metropolitano* era produzido por um grupo da União Metropolitana de Estudantes, o qual era formado por César Guimarães, Carlos Diegues, Sílvio Gomes, Rubem César Fernandes, Carlos Estevam Martins, entre outros. Era o encarte dominical de *O diário de notícias*.

militância política ativa, que se consubstanciaria na fundação da POLOP. É justamente em 1960, ano que antecede o I Congresso da POLOP, que se situa o encontro das trajetórias intelectuais e políticas de Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini²⁰.

A partir daí, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, representantes do que se denominou como vertente marxista dependência, tiveram suas trajetórias intelectuais, políticas e, até mesmo, pessoais, entrecruzadas em diversos momentos. Militaram juntos na POLOP²¹, iniciaram suas carreiras acadêmicas docentes na Universidade de Brasília e compartilharam o período de exílio no Chile e no México, onde, respectivamente, integraram o Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CESO) e lecionaram durante longo período na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), retornando, após a reabertura democrática, ao Brasil, onde retomaram suas atividades docentes na Universidade de Brasília. (MARINI, 1990; BAMBIRRA, 1991; SANTOS, 1994). Tal histórico propiciou, indubitavelmente, discussões e reflexões coletivas acerca dos dilemas latino-americanos, debates esses dos quais André Gunder Frank, em grande medida, compartilhou. Vale ressaltar que para além do ambiente acadêmico, essas reflexões expressavam as problemáticas que permeavam as organizações de esquerda latino-americanas, e particularmente, brasileiras.

Preocupados com a formulação de um pensamento latino-americano a partir da ótica do capitalismo dependente, o qual marcava profundamente os países da região, tais estudiosos buscaram desenvolver reflexões acerca da particularidade da realidade latino-americana, na qual emergiam perspectivas de transformação e de superação da condição de dependência, ambas vinculadas à problemática da revolução socialista. Os autores, não apenas em seus escritos, mas também em seus memoriais reconhecem a influência que o marxismo teve em suas formulações. (MARINI, 1990; BAMBIRRA, 1991; SANTOS, 1994) Desde a teoria do valor de Karl Marx, passando pelas teorias do imperialismo de Vladimir Ilitch Lênin, Rosa Luxemburgo e Nicolai Bukharin, a herança marxista se fez presente tanto em seus escritos, quanto em suas posturas diante da realidade, caracterizando, ademais, sua práxis política. Isso se expressa de maneira mais completa na tese de Marini acerca da superexploração do trabalho, a qual é desenvolvida essencialmente a partir da teoria do valor de Marx (1996).

A tentativa de superação do pensamento cepalino por parte dos autores que integraram a vertente marxista da dependência era também um elemento comum que unificava suas perspectivas. Segundo os autores, a desigualdade centro-periferia, caracterizada pela CEPAL como transferências

²⁰ Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos já se conheciam antes dessa data. Aproximaram-se na UFMG e se casaram, tendo vivido juntos até meados da década de 1980.

²¹ Uma análise mais aprofundada sobre a POLOP pode ser encontrada em: MATTOS, 2007; REIS FILHO; SÁ, 1985; CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER, 2009.

de renda, representavam, na verdade, transferências de valor. Marini, em sua obra *Dialética da Dependência* (1973) evidencia como tais transferências estão assentadas no processo de superexploração do trabalho na periferia. Segundo o autor, as nações periféricas, desfavorecidas pelo intercâmbio desigual, procurariam compensar suas perdas de renda geradas pelo comércio internacional através do aumento da exploração do trabalhador, o que se daria por mecanismos como o incremento da intensidade do trabalho, o prolongamento das jornadas de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho. Tais mecanismos, empregados com o intuito de aumentar a mais-valia absoluta, implicariam em uma remuneração dos trabalhadores abaixo de seu valor, o que, por sua vez, constituiria uma *superexploração do trabalho*.

Marini (2000), Bamberger (1979) e Santos (1969), desvelaram ainda a estratégia de industrialização propugnada pela CEPAL, afirmando que esta não conduziria ao rompimento da dependência latino-americana, mas sim ao seu recrudescimento. Para essa vertente, a dependência dos países periféricos constituiria um elemento intrínseco ao sistema capitalista, e, mais que isso, necessário ao seu desenvolvimento e a sua reprodução. Dessa forma, sua superação só poderia estar associada à superação da própria lógica de acumulação e do modo de produção capitalista.

No que tange ao pensamento marxista latino-americano, Marini (1977), Bamberger (1971) e Santos (1973) identificam nas análises empreendidas pelos Partidos Comunistas latino-americanos graves incongruências, as quais os conduziam à adoção de táticas e estratégias políticas errôneas. A crítica aos Partidos Comunistas principiava na forma como suas análises eram produzidas: tratava-se, segundo aqueles autores, de uma transposição mecânica das formulações erigidas pelo Partido Comunista da União Soviética para a América Latina. Tal interpretação não correspondia, segundo aqueles autores, ao marxismo, nem às particularidades do nosso processo histórico. Com relação ao seu conteúdo interpretativo, Bamberger, Marini e Santos se opunham à tese de que os países latino-americanos, por permanecerem, todavia, em um estágio feudal, deveriam realizar antes suas revoluções democrático-burguesas, para depois, empenharem-se em uma revolução de caráter socialista. Para aqueles autores, o caráter da revolução na América Latina deveria ser anticapitalista, uma vez que a formação social e econômica dos países da região era capitalista, e não feudal, como afirmavam os militantes dos Partidos Comunistas. Do mesmo modo, tais autores discordavam do papel revolucionário atribuído às chamadas burguesias nacionais pelos Partidos Comunistas. Em contraposição ao caráter progressista e nacional conferido pelos partidos comunistas à burguesia latino-americana, a vertente marxista da dependência acentuava seu caráter contra-revolucionário, uma vez que ela estava, em grande medida, associada aos interesses imperialistas e não poderia, dessa maneira, aliar-se à classe trabalhadora em uma luta contra o imperialismo (MARINI, 1977;

BAMBIRRA, 1971; SANTOS, 1973).

4. Considerações finais

A compreensão do pensamento formulado no interior da vertente marxista da dependência pressupõe não apenas a leitura e a interpretação das obras de seus autores, mas também, e em igual medida, um olhar cuidadoso e atento sobre o contexto histórico em meio ao qual tal pensamento se constituiu. No caso de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, suas reflexões se inscreveram em um momento de crise do capitalismo dependente latino-americano, em que novas organizações de esquerda se estruturavam como alternativas às esquerdas tradicionais - representadas pelos Partidos Comunistas latino-americanos - em um movimento de questionamento e enfrentamento à ordem capitalista mundial. Tal crise se refletia no âmbito do pensamento latino-americano, o qual se ressignificava a partir da crítica ao desenvolvimentismo cepalino. Como salienta Marini, a emergência da vertente marxista da “Teoria” da dependência “não constitui uma simples resposta ao desenvolvimentismo: ela foi também, numa ampla medida, o resultado das lutas que se registram no interior da esquerda”. (MARINI, 1992, p. 85)

Marini, Bambirra e Santos, ao dialogarem criticamente tanto com o pensamento cepalino, quanto com o marxismo latino-americano, introduziram importantes contribuições ao pensamento latino-americano, quais sejam: a desmistificação da estratégia de industrialização ensejada pela CEPAL como solução para os entraves ao desenvolvimento dos países latino-americanos; a interpretação da realidade concreta latino-americana e do fenômeno da dependência a partir de uma perspectiva marxista; a crítica às interpretações dos partidos comunistas latino-americanos, bem como às suas táticas e estratégias políticas; o engajamento e a práxis revolucionária socialista sob os quais estavam assentados não apenas seus escritos, mas também suas militâncias políticas.

Embora as análises e teses formuladas no interior da vertente marxista da dependência tenham se difundido não só na América Latina, mas também por diversos países do mundo, ela teve pouca expressão e reconhecimento no Brasil. As referências à “Teoria” da Dependência no Brasil são majoritariamente associadas à vertente dependentista representada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. O ostracismo intelectual e político a que foram submetidos os autores da corrente marxista pode ser identificado no fato de algumas de suas obras, principalmente no que se refere a Marini e a Bambirra, não terem sido traduzidas para o português e não circularem pelo país. A marginalização desses autores não se explica apenas pelo conteúdo teórico por eles produzido, mas também por sua militância política.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. O debate atual sobre a dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 16, pp. 35-50, Jun. 2005.

BAMBIRRA, Vânia. The errors of the foco theory. *Monthly Review*, pp. 28-35, july-august 1968.

_____. Diez años de insurrección en América Latina. In: BAMBIRRA, Vânia. *Diez años de insurrección en América Latina* 1971.

_____. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. Mexico, D.F: Siglo veintiuno, 1979.

_____. *Memorial*. Brasília, 1991. (mimeo)

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BLOMSTRÖM, Magnus e HETTNE, Björn. *La teoría del desarrollo económico en transición*. Mexico, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1990.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da Cepal à Teoria da Dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005, p. 201-232.

BULLMER-THOMAS, Victor. As economias latino-americanas, 1929-1939. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina – A América Latina após 1930: Economia e Sociedade*. Volume VI. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependency and development in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1979.

_____. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARDOSO, F. H. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER. *Polop: uma trajetória de luta pela Organização independente no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2009.

DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FALETTO, Enzo. Los años 60 y el tema de la dependencia. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, nº. 33, maio, 1998, p.109-117.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

FIORI, José Luís. Sistema-mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, José Luís e MEDEIROS, Carlos (Org.). *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo; MUÑOZ, Oscar; PALMA, José Gabriel. As economias latino-americanas, 1950-1990. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina – A América Latina após 1930: Economia e Sociedade*. Volume VI. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura,

1965.

_____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nacional, 1971.

_____. *Pequena introdução ao desenvolvimento*. São Paulo: Nacional, 1980.

FRANK, André Gunder. The development of underdevelopment. *Monthly Review*, v.18, n. 4, The Strategy of armed struggle, pp. 17-33, September 1966.

_____. *América Latina: subdesarrollo o revolución*. México: Era, 1973a.

_____. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 1973b.

HIRSCHMAN, Albert. Ideologías del desarrollo económico em América Latina. In:

HIRSCHMAN, Albert. *Desarrollo y América Latina: obstinación por la esperanza*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

LEWIS, W. Arthur. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.

_____. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

MACHADO, Luiz Almeida. A teoria da dependencia na América Latina. *Estudos Avançados*, v. 13, n. 35, pp. 199-215, Abr. 1999.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. Mexico, DF: Siglo veintiuno, 1977.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, México DF, n. 12, pp. 21-39, abril-junio. 1977.

_____. Memórias. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João P. (org.). *Ruy Mauro Marini, vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. *América Latina: independência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. Presentación. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (org.). *La teoria social latinoamericana: textos escogidos*. Tomo II La teoría de la dependencia. México: Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 1994.

_____. Presentación. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (org.). *La teoria social latinoamericana*. Tomo II Subdesarrollo y dependencia. México: El Caballito, 1999.

_____. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MATTOS, M. B. “Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)”. *Revista Brasileira de História* [online], v.24, n.47, p.241-270, 2004.

_____. Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop (1961-1967). In: RIDENTI, M; REIS FILHO, D. A. (org.). *História do marxismo no Brasil – v.5*. Campinas: Unicamp, 2007.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NURKSE, Ragnar. Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. *Desarrollo económico*. Vol.26, No. 103 (Oct. - Dec., 1986), pp. 479-502.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (org.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

- RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org.) *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- ROSTOW, W. W. A decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- _____. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- SANTOS, Theotônio dos. *Socialismo o fascismo: el dilema latinoamericano*. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1969.
- _____. *Dependencia y cambio social*. Santiago de Chile: CESO, 1970.
- _____. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. Memorial. Niterói, 1994. (mimeo)
- _____. *A Teoria da Dependência – Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SUNKEL, Oswaldo e PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México: Siglo veintiuno, 2005.
- THORP, Rosemary. As economias latino-americanas, 1939-c.1950. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina – A América Latina após 1930: Economia e Sociedade*. Volume VI. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

